

Nota Técnica nº 11/2018/COOUT/SRE
Documento nº 00000.069693/2018-92

Em 23 de novembro de 2018.

Ao Senhor Superintendente de Regulação

Assunto: **Solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento de condicionante da outorga de direito de uso de recursos hídricos do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF**

Referência: 02501.000006/2001

1. O Ministério da Integração Nacional – MI solicitou, por meio do Ofício n. 584/2018-SIH/MI, de 14/11/2018, recebido nesta Agência em 16/11/2018 (Doc. 68465/2018), prorrogação do prazo de entrada em operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
2. A Resolução n. 411/2005, de 22/09/2005, que outorgou ao MI o direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco para o PISF, estabelece como uma de suas condicionantes, em seu art. 4º, inciso III, que o início da operação da primeira fase do empreendimento deverá acontecer em até seis anos, contados da data de publicação dessa Resolução. Essa Resolução já foi alterada, de forma que o prazo atualmente vigente da referida condicionante, dado pela Outorga n. 301/2018, é de 31/12/2018.
3. Também merece destaque a condicionante referente ao inciso IV do art. 4º, segundo a qual deverá haver a implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento. Ressalta-se que o não cumprimento das condicionantes da outorga pode implicar em sua suspensão, parcial ou total, em definitivo ou por tempo determinado, conforme previsto no art. 15 da Lei n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997.
4. O estabelecimento da condicionante III do art. 4º da Resolução 411/2005 está de acordo com a Lei Federal 9.984/2000, que, no art. 5º, inciso II, estabelece o prazo de até seis anos para conclusão da implantação do empreendimento projetado.
5. A solicitação de prorrogação do prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento também está embasada na Lei 9.984/2000, que no §2º do art. 5º estabelece que os prazos determinados para início (até dois anos) e conclusão (até seis anos) do empreendimento poderão ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.
6. Previamente à expiração do prazo estabelecido na Resolução 411/2005, a primeira solicitação de prorrogação de prazo, por três anos, foi apresentada em junho de 2011, com as devidas justificativas. Após oitiva do CNRH, a ANA, por meio da Resolução n. 37/2012, prorrogou o prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento até 26/09/2014.
7. A segunda solicitação de prorrogação de prazo, por dois anos, para início da operação do empreendimento foi feita em março de 2014, com apresentação de justificativas.

Posterior à oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução 1.202/2014, que mais uma vez alterou o inciso III do art. 4º da Resolução 411/2005, prorrogando o início da operação da primeira fase do empreendimento até 26/09/2016.

8. A terceira solicitação de alteração da condicionante III do art. 4º da Resolução ANA n. 411/2005, com prorrogação de prazo por dezoito meses para início da operação do empreendimento, foi feita em 10 de maio de 2016, quando foram apresentadas as devidas justificativas. Após oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução n. 1.133/2016, prorrogando o prazo dessa condicionante até 26/03/2018.

9. Ressalta-se que a Resolução n. 1.133/2016, além de prorrogar o prazo da condicionante, também alterou a Resolução n. 411/2005 em outros aspectos, tais como: acrescentou a outorga de 28 barramentos e suas estruturas associadas, pertencentes aos Eixos Norte e Leste do PISF, com consequente vinculação da barragem ao empreendedor, para que a ANA pudesse fiscalizar a segurança dessas estruturas; definiu a necessidade de as retiradas de água nos portais ou pontos de entrega de água constarem no Plano de Gestão Anual e serem aprovadas pela ANA; e descreveu novos potenciais portais ou pontos de entrega de água do PISF.

10. A quarta solicitação de prorrogação de prazo foi encaminhada por meio do Ofício-SEI nº 9/2018/GM, de 21 de dezembro de 2017, em que o MI apresentou justificativas operacionais relacionadas, principalmente, a não conformidades para conclusão física do empreendimento no Eixo Leste. Também foram apresentadas justificativas relacionadas à gestão do PISF, incluindo a ausência de assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta entre a Operadora Federal e as Operadoras Estaduais, visando ao início da operação comercial do PISF.

11. Após oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução 301, de 15 de março de 2018, que alterou o inciso III do art. 4º da Resolução 411, de 2005, pela quarta vez, prorrogando o início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2018.

12. Em 14 de novembro de 2018, o MI encaminhou o Ofício n. 584/2018-SIH/MI, que traz anexa a Nota Técnica n. 11/2018/DPE/SIH-MI, solicitando a quinta alteração da outorga objeto da Resolução 411/2005, visando nova prorrogação do prazo para início de operação da primeira fase do empreendimento.

13. Cabe destacar que a caracterização do início da operação a que se refere o inciso III do art. 4º da Resolução 411/2005 foi estabelecido formalmente pelo artigo 8º da Resolução ANA n. 2.333, de 17 de dezembro de 2017, nos seguintes termos:

Art. 8º A Operadora Federal iniciará a operação comercial com cobrança de tarifas após assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, aprovação do PGA pela ANA, assinatura e publicação do primeiro PGA, e comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega ativos no trecho que entrará em operação comercial.

14. De acordo com o MI, o Governo Federal estimou inicialmente a conclusão das obras do PISF em 2012. Diante da complexidade de execução do empreendimento, que envolve a construção de 477 km de canais, 4 túneis, 14 aquedutos, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 9 subestações de 230kV, além de 270 km de linhas de transmissão em alta tensão, o cronograma da obra em geral não permitiu atender à previsão inicial.

15. Em relação ao estágio atual do PISF, em março de 2017 o Eixo Leste atingiu 100% de execução operacional (caminho das águas), percentual que considera apenas as

estruturas que permitem a passagem da água. De acordo com o MI, para alcançar um estágio de operação comercial eficiente e seguro, é necessário ainda recuperar os reservatórios Braúnas e Barro Branco; realizar reparo eletromecânico nas EBVs 5 e 6; realizar obras de drenagem; e proteger taludes das estações de bombeamento. A previsão é que esses serviços sejam concluídos em 2019, apesar de haver um risco de um possível déficit orçamentário.

16. Já o Eixo Norte encontra-se com 95,6% de execução física e a condução da água pela infraestrutura foi paralisada devido a uma não-conformidade na obra em agosto de 2018, que impediu o cumprimento da previsão de chegada das águas ao reservatório de Jati no 3º trimestre desse ano. A expectativa é de retomada do bombeamento no início de 2019.

17. Além das justificativas apresentadas anteriormente para os pedidos de prorrogação do prazo de início de operação do empreendimento em 2011, 2014 e 2016, e as não conformidades apresentadas acima para conclusão física do empreendimento no Eixo Leste, o MI apresentou justificativas do ponto de vista da gestão do PISF para solicitar a prorrogação do prazo para início de operação do empreendimento e de implantação da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados.

18. Nessa linha de gestão do PISF, desde o último pedido de prorrogação, houve os seguintes avanços: a Licença de Operação para o Eixo Leste foi concedida pelo Ibama em outubro de 2018; o Plano de Gestão Anual – PGA 2018 foi aprovado pela ANA por meio da Resolução n. 63, de 04 de setembro de 2018; e as tarifas do serviço de adução de água bruta para o ano de 2018 foram aprovadas pela ANA por meio da Resolução n. 67, de 11 de setembro de 2018.

19. A respeito da assunção da Operadora Federal, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF informou que prevê, no início de dezembro de 2018, contratar a empresa para prestar os serviços de operação e manutenção necessários para que a referida Companhia opere o PISF. Após essa contratação, será possível que a CODEVASF, na figura de Operadora Federal, acompanhe a pré-operação e participe da transferência de conhecimento pela atual pré-operadora enquanto se prepara para formalizar Termo de Assunção da infraestrutura do PISF.

20. Entende-se que o início da operação comercial por parte da Operadora Federal se configura a partir da assinatura do contrato de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF entre a Operadora Federal e pelo menos uma Operadora Estadual, bem como da instalação e aferição de equipamentos medidores de vazão. Esses equipamentos já estão em funcionamento nos principais portais e, os que ainda restam, serão instalados e aferidos concomitantemente à assunção da Operadora Federal, sem prejuízos, segundo o MI.

21. Quanto à assinatura dos contratos com as Operadoras Estaduais, o MI informa que tem envidado todos os esforços junto aos estados para concretizar a assinatura do contrato, porém afirma que o ano de 2018 foi atípico por se tratar de ano eleitoral, o que dificultou as negociações, de forma que, até o momento, nenhum contrato foi assinado.

22. Assim, considerando que houve restrição orçamentária no exercício 2018 que impediu que os avanços nas obras acompanhassem o planejado e que a gestão do PISF é complexa, não hierárquica e envolve a coordenação dos interesses e competências de cinco entes da Federação cujas decisões são autônomas, o Ministério solicita a alteração da condicionante III do art. 4º da Resolução ANA n. 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para **31/12/2019**.

23. Diante do exposto, considerando a afirmativa do MI de que o Eixo Leste ainda não se encontra em plena funcionalidade, de modo a permitir uma operação eficiente e segura, e ainda considerando o porte, a complexidade e a importância social do



empreendimento, demonstrados na Nota Técnica n. 653/2014/GEOOUT/SRE-ANA (Documento n. 00000.014193/2014), esta Nota Técnica é favorável a acatar o pedido de prorrogação.

24. Adicionalmente, caso as ações de gestão necessárias para o início da operação comercial, notadamente a assinatura de contrato com pelo menos um Estado, não sejam implementadas até 31 de dezembro de 2019, recomenda-se que sejam estabelecidas pela ANA regras especiais disciplinando as retiradas de água do PISF a partir de 01 de janeiro de 2020. Entre essas regras, recomenda-se que as retiradas de água do PISF devam ser autorizadas previamente pela ANA.

25. Assim, recomenda-se que esta Nota Técnica seja enviada ao CNRH em complemento ao Ofício n. 203/2018/AA-CD-ANA, que solicitou oitiva do referido Conselho na próxima reunião plenária acerca do pedido de prorrogação do prazo de entrada em operação do PISF, em cumprimento ao §2º do art. 5º da Lei 9.984/2000.

26. Por fim, encaminha-se, em anexo, a minuta de Outorga que altera a Resolução n. 411/2005.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
PRISCYLA CONTI DE MESQUITA
Coordenadora de Outorga

(assinado eletronicamente)
PATRICK THOMAS
Superintendente Adjunto de Regulação

De acordo. Encaminhe-se ao Diretor de Regulação.

(assinado eletronicamente)
RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
Superintendente de Regulação





OUTORGA Nº @@txt_identificacao@@, DE @@txt_dt_documento_maiusculo@@.
Documento: @@nup_protocolo@@

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 112, incisos IV e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 32, de 23 de abril de 2018, torna público, *ad referendum* da DIRETORIA COLEGIADA, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nos elementos constantes no processo, nº 02501.000006/2001-51, que resolveu:

Art. 1º Alterar o inciso III do art. 4º da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

III - início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2019; e”.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA